



Arquitetura do Atraso: Como a Desigualdade foi impulsionada no Brasil A Partir da Colonização?

The Architecture of Economic Backwardness: How Was Inequality Driven in Brazil Starting from Colonization?

Luca Reis Ferreira¹⁰

Resumo: Este artigo, inspirado pelas três primeiras partes da obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, visa responder de que forma a desigualdade foi impulsionada no Brasil a partir da colonização portuguesa. Para atingir esse objetivo, trabalho com a hipótese, muito difundida pela literatura de história econômica, de que as instituições estabelecidas no início de um processo colonial importam para o desenvolvimento de uma colônia ao longo do tempo. Nesse contexto, o artigo busca ressaltar algumas das principais convergências entre Furtado e um grupo de autores institucionalistas, especialmente norte-americanos, para fundamentar as bases de criação de desigualdade no Brasil Colônia. Essa análise também é fortemente inspirada pela bibliografia e o quadro avaliativo presente na disciplina Formação Econômica do Brasil, ofertada pela Universidade de Brasília enquanto componente obrigatório para a graduação em Relações Internacionais. A metodologia predominante foi a revisão bibliográfica, principalmente a partir dos escritos de Furtado, bem como mediante a seleção de outros autores capazes de contribuir para as reflexões críticas sobre a desigualdade e a formação de instituições. Os resultados demonstraram correlações notórias entre as linhas de pensamento citadas, com pequenas divergências exploradas quando necessário.

Palavras-chave: Economia brasileira. Celso Furtado. Nova Economia Institucional. Brasil colônia. Colonizações. Instituições. Desenvolvimento.

Abstract: This article, inspired by the first three parts of Celso Furtado's book *Formação Econômica do Brasil* (*The Economic Growth of Brazil*), aims to answer how inequality was driven in Brazil by Portuguese colonization. To achieve this goal, I work with the hypothesis, widely disseminated in economic history literature, that the institutions established at the beginning of a colonial process matter for the development of a colony over time. In this context, the article seeks to highlight some of the main convergences between Furtado and a group of institutionalist authors, especially North-Americans, in order to emphasize the basis for the creation of inequality in Colonial Brazil. This analysis was also strongly inspired by the

¹⁰ Graduando em Relações Internacionais (UnB); lucareisferreiraunb@gmail.com.



assessment framework of the subject Formação Econômica do Brasil (Economic Formation of Brazil), offered by the University of Brasilia as a mandatory subject for the major in International Relations. The methodology used was primarily a literature review, using Furtado's writings as our starting point, as well as selecting other authors capable of contributing to critical reflections on inequality and the formation of institutions. The results showed notable correlations between the lines of thought cited, with minor divergences explored when necessary.

Keywords: Brazilian Economy. Celso Furtado. New Institutional Economics. Colonial Brazil. Colonies. Institutions. Development.



1. Introdução

Este trabalho tem como propósito fazer uma análise crítica capaz de fornecer uma resposta satisfatória para a seguinte pergunta orientadora: “Como a desigualdade foi impulsionada no Brasil a partir da colonização?”. Para isso, baseei-me nos quinze capítulos iniciais do clássico *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, os quais compõem as três primeiras partes da obra. Devido à extensão da tarefa, o enfoque dado aos escritos de Furtado aqui envolve o desenvolvimento da economia açucareira no país e os fatores iniciais da colonização capazes de gerar comparações com o processo de desenvolvimento das colônias do hemisfério norte. Para sustentar uma resposta satisfatória, a análise crítica também depende de uma seleção específica de pontos trazidos por economistas de viés institucional, em especial aqueles que abordam o desenvolvimento das colônias e a persistência de fatores iniciais enquanto amplificadores da desigualdade e moduladores das instituições presentes. Tais pontos aprofundam, convergem ou discordam daqueles levantados previamente por Furtado, mas não buscam substituí-lo. Com base nessas linhas de pensamento, este trabalho busca enriquecer o conhecimento sobre a estruturação da economia brasileira e tornar acessíveis as principais ideias sobre o desenvolvimento institucional das colônias, revitalizando os escritos originais de Celso Furtado e contribuindo para a compreensão crítica das origens da desigualdade no país a partir de respostas qualitativas.

2. As interpretações institucionalistas

Na atual geração de estudantes, o prestígio da Nova Economia Institucional (NEI) é inegável, agora sob a roupagem econométrica. Sabe-se que a tese de que o desenvolvimento econômico de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução das suas instituições ao longo do tempo, característica dessa escola de pensamento, ganhou um significativo grau de reconhecimento nos últimos anos. Tal reconhecimento traduziu-se na popularidade do livro “Por Que As Nações Fracassam?” (2012) e, mais recentemente, na nomeação de Daron Acemoglu, James Robinson e Simon Johnson, três grandes expoentes dessa corrente, ao Prêmio Sveriges Riksbank em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, mais conhecido como Prêmio Nobel de Economia, em 2024.

A fama dessa vertente da literatura de história econômica, por outro lado, não pode ser discutida sem considerar a longa linha de pesquisas e estudos sobre como o tipo de colonização é capaz de influenciar o futuro e o desenvolvimento dos grupamentos humanos. Um dos objetivos do presente artigo é, justamente, conectar as hipóteses recentes com o trabalho de estudiosos brasileiros que há muito registraram a necessidade de entender a colonização portuguesa para entender o Brasil, e assim complementar essas linhas de pensamentos nos pontos em que se encontram. Certamente, o fato de que ambas podem ser entendidas, em graus diferentes, como



uma oposição às proposições neoclássicas que tratam as instituições como aspectos alheios à teoria econômica, auxilia nesse movimento comparativo.

Há um volume considerável de evidência empírica de que a tese que relaciona o tipo de colonização ao desenvolvimento das sociedades foi formulada de forma independente dezenas de vezes, em lugares diferentes no mundo, e se tornou típica da literatura de história econômica já por volta da metade do século XX. O trabalho de investigação realizado por Leonardo Monastério e Philipp Earl (2019) vai além e traça o início do aprofundamento dessas teorias no trabalho do economista alemão Arnold Hermann Ludwig Heeren, que publicou o livro *Manual sobre a história do sistema de países europeus e suas colônias* em 1817, pioneiro na tipificação de colônias segundo quatro objetivos primordiais: Povoamento, exploração, mineração e comercialização. Nessas descrições do século XIX, é possível identificar uma desigualdade mais acentuada em algumas colônias do que outras, ponto que está presente tanto na historiografia econômica clássica do Brasil, quanto nas sugestões mais amplas dos institucionalistas estadunidenses.

No paradigma institucionalista contemporâneo, a noção de que a prosperidade de uma nação depende significativamente de como as instituições foram moldadas ao longo do tempo parece ter sido influenciada, embora não se possa determinar a que grau, por Douglass North. Conhecido pela aplicação de métodos quantitativos rigorosos ao estudo da história econômica, North também tinha as regras formais e informais que organizam uma sociedade como um norteador do seu desenvolvimento, conceito frequentemente expandido para a ideia de “instituição”, e utilizou a desigualdade como uma variável fundamental para definir o impacto a longo prazo que a colonização tinha sobre a economia, o capital humano e a infraestrutura. As divergências quanto à relevância das variáveis na análise das colonizações, seja a desigualdade ou imediatamente as instituições formadas (não enquanto consequências da desigualdade), podem ser frequentemente relevantes entre os institucionalistas, mas, com o objetivo de aproximá-los da obra de Celso Furtado, elas não serão apresentadas neste trabalho.

A nível teórico, um dos aspectos mais interessantes da visão da Nova Economia Institucional é que ela parte do pressuposto de que, ao contrário das alterações na estrutura econômica, as alterações na estrutura institucional são percebidas a partir da lentidão. A instituição é marcada pela continuidade antes da quebra de expectativa, então um atraso das instituições poderá ser muito mais importante e mais desafiador do que um atraso econômico (a corrente de influência negativa parte do primeiro aspecto para o segundo). Pelo seu caráter de longo prazo, problemas institucionais possuem implicações muito mais profundas para a dotação de recursos, a vida das populações, as relações de oferta e demanda, as características dos agentes econômicos e a perpetuação de desigualdades. Logo, a análise institucional pode ser entendida como a outra face de uma economia acelerada e turbulenta na era da globalização hodierna.

Portanto, as interpretações institucionalistas preocupam-se em analisar o desenvolvimento de instituições e seu potencial de, a longo prazo, contribuir para o bem-estar dos indivíduos e o alcance realista dos interesses de uma sociedade. Entre aqueles focados no papel da colonização, seus tipos e persistência dos seus fatores iniciais como entraves ou facilitadores



do desenvolvimento, a análise dos diferentes caminhos de crescimento toma uma forma mais específica e mais facilmente relacionável com o trabalho de Furtado, tal como será desenvolvido em profundidade na seção 4. Antes, será necessário retomar um aspecto específico do estudo clássico do brasileiro, cuja importância é crucial na conexão com os economistas da NEI.

3. Furtado e a interpretação da empresa agrícola

No livro *Formação Econômica do Brasil*, clássico da área de economia publicado em 1959, Celso Furtado descreve, de forma extensa, a formação da estrutura econômica brasileira desde a chegada dos colonizadores e suas implicações, em diversas áreas, para o início do século XIX. Nesse sentido, a empresa agrícola, entendida como o principal fator de sucesso da continuidade da colonização portuguesa no seu estágio inicial e como a grande matriz do principal ciclo econômico brasileiro nos três primeiros séculos, é de fundamental importância na argumentação do autor e não à toa é o foco de pelo menos sete dos doze capítulos iniciais da obra.

Segundo Furtado, foi um conjunto de circunstâncias favoráveis que permitiu o grande êxito da empresa agrícola a partir da segunda metade do século XVI, quando a manutenção da integridade territorial estava ameaçada e Portugal precisava encontrar uma atividade rentável para justificar o empreendimento colonial. As condições climáticas e geográficas da colônia, a experiência portuguesa de plantio em larga escala nas ilhas do Atlântico e a quebra do monopólio do açúcar de Veneza foram, por exemplo, importantes para que a técnica açucareira pudesse ser colocada em prática no Brasil. Do ponto de vista do território brasileiro, a empresa ter sido desenhada ao redor de engenhos representou uma vantagem estratégica, já que eles foram construídos próximos ao litoral e o custo de transporte às embarcações era menor.

Em razão da baixa densidade populacional, a ausência de uma mentalidade capitalista e a indisposição portuguesa de mudar o sentido do projeto exploratório, a mão de obra constituía um problema importante na implementação da empresa agrícola. Esse desafio foi superado primeiramente com a escravidão indígena e, posteriormente, com a reestruturação do tráfico negreiro na segunda metade do século XVI, baseado no complexo mercantil de escravos africanos que os portugueses já conheciam, o que permitiu a rápida expansão da empresa e sua alta lucratividade. A nível de financiamento, o refinamento e a distribuição terem ficado a cargo dos holandeses também foi chave, visto que os flamengos possuíam um domínio invejável do comércio marítimo e suficiente organização para colocar o açúcar na rota de outros países europeus.

A empresa agrícola é avaliada na obra como a primeira atividade comercial que fez com que o Brasil passasse a integrar a economia reprodutiva da Europa, seu rápido sucesso, facilitado também pela decadência espanhola, justificou a continuidade portuguesa. Com o comércio de açúcar e sua alta lucratividade, o autor entende que Portugal pôde equiparar os custos de defesa do território até o final do século XVI, momento em que a produção decuplicou a partir da chegada de 20 mil escravos de origem africana. Não deixa de ser importante citar que isso foi



possível por meio de um aparato legal que permitiu o tráfico negreiro, como também estímulos políticos da Metrópole para que fossem capturados na África, transportados pelo Atlântico e depois vendidos nos portos brasileiros, demonstrando um alto grau de institucionalização.

Além disso, outra característica determinante da economia do açúcar é a ampla concentração da renda nas mãos dos proprietários de engenhos, a qual é interpretada como um fator duplamente problemático: Não só os colonos menos ricos tinham poucas possibilidades de ascensão social e os escravos se mantinham meramente como “capitais físicos” que não recebiam salário e nem consumiam, como também os proprietários jamais se organizaram na formação de outras atividades econômicas que pudessem permitir um desenvolvimento endógeno para a região explorada. Essa renda dos senhores, expressa pelos seus lucros na exportação subtraída da compra e manutenção dos escravos, dos gastos de reposição de equipamentos e do pagamento de fatores de produção, tendia a ser investida no ambiente local somente se o objetivo fosse expandir as unidades produtivas, ou seja, construir mais engenhos. Ademais, a mão de obra escrava não poderia contribuir na dinamização de outras atividades, esse grupo funcionava, segundo Furtado, como instalações de uma fábrica, com uma inversão (custo de compra) e manutenções ocasionais (custos fixos), onde ter muitas máquinas ou muitos escravos aumentava o ativo do empresário, mas não significava a criação de um fluxo de renda interno.

A concentração de renda se aliava ao processo de concentração de terras, iniciada pela divisão do Brasil colônia em capitanias hereditárias, as quais ficavam sob a administração de donatários, isto é, homens leais ao rei que adquiriam grandes pedaços de terra. Em razão da alta concentração e da lucratividade do açúcar, as limitações para que os colonos pobres ou os escravos adquirissem propriedades estavam claras como a luz do dia, sendo os colonos pobres levados a trabalhar frequentemente na pecuária, uma atividade de baixa lucratividade e que não dependia da ocupação permanente de terras. Mais uma vez, a criação de uma instituição, as fazendas dos nobres, se associava às decisões políticas elitistas da Metrópole.

Interessa aqui, para o objetivo do presente artigo, a análise do surgimento de instituições que, ainda que interligadas à implementação da empresa agrícola, perduraram para além do comércio açucareiro e continuam a impactar a sociedade brasileira contemporânea do ponto de vista da desigualdade. A partir da apresentação de Furtado, é possível definir pelo menos dois aspectos institucionais amplos que cumprem essas condições: Imposição da escravidão e estabelecimento da distribuição de terras, os quais serão entendidos aqui como parte da dotação de fatores iniciais do processo colonial. A utilização desse termo busca refletir uma intersecção entre a historiografia econômica brasileira e a interpretação presente nas teorias de viés institucionalista no âmbito do desenvolvimento, com atenção especial para aquelas que abordam os caminhos diferentes de crescimento entre as economias do Novo Mundo, cuja importância nos Estados Unidos é crescente desde a década de 1990.



4. Dotação de fatores iniciais

É de conhecimento geral que as colônias do chamado Novo Mundo foram conhecidas pelos exploradores europeus em condições relativamente similares: Longas expedições marítimas nos séculos XV e XVI no contexto do renascimento comercial e fim do sistema feudal, onde os territórios encontrados eram marcados pela abundância de terras e pela ocupação de populações originárias que, apesar de muito diferentes entre si, eram marcadas em conjunto pelo desconhecimento da pólvora. Embora essa similaridade tenha representado uma vantagem estratégica para o colonizador em aparentemente todos os casos, outros aspectos da dotação de fatores iniciais produziram diferenças entre as colônias americanas e impactaram o seu desenvolvimento ao longo do tempo. No âmbito da desigualdade de renda e desigualdade na distribuição do poder político, grandes diferenças podem ser traçadas entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e do Canadá em relação ao desenvolvimento das colônias sul-americanas.

Na prestigiosa análise de Engerman e Sokoloff (1994), estabelece-se que a principal interpretação da historiografia econômica americana é que a divergência de trajetórias entre as colônias do continente pode ser atribuída ao crescimento econômico que os Estados Unidos e o Canadá alcançaram ao longo do século XVIII e no início do século XIX. Essa conclusão, de viés comparativo, avalia que as outras ex-colônias teriam alcançado, se é que alcançaram, esse objetivo somente no final do século XIX ou ao longo do século XX. No entanto, a interpretação desses autores e, de um conjunto de estudiosos inspirados pela dupla, é que devemos expandir a comparação para uma análise mais ampla da formação de desigualdades de renda, capital humano e poder político nesses locais, sugerindo que as raízes da extensa desigualdade nesses casos estão na dotação de fatores iniciais diferentes nos processos de colonização analisados.

O primeiro fator inicial trabalhado pela dupla foi a condição geográfica e climática de algumas das colônias e, em especial, como ela influenciou a chegada de grandes massas de trabalhadores, especialmente escravos, para atuar no cultivo das commodities tropicais, as quais aconteciam em um regime de monocultura de grande proporção. Essa relação pode ser facilmente entendida ao atestar que as colônias que não se especializaram nesse tipo de cultivo e extração, como as da Nova Inglaterra, os assentamentos franceses e ingleses no Canadá e parte dos domínios espanhóis, eram as que mais se diferenciavam do clima tropical e, por consequência, foram as que menos dependeram da mão de obra escrava. No caso brasileiro, esse fator é realçado pela empresa agrícola ser uma reprodução da atividade que os portugueses já haviam realizado em algumas ilhas do Oceano Atlântico mediante, tal como comenta Boris Fausto (1994, p. 29), “experiências significativas de plantio em larga escala, empregando trabalho escravo”.

Entende-se que uma das consequências do estabelecimento de múltiplas empresas agrícola-coloniais no continente, enquanto resultado do primeiro fator inicial, foi o desenvolvimento de uma desigualdade extrema, a nível de renda e capital humano, entre as populações brancas e negras desse tipo de colônia. O domínio das elites locais, potencializado pela concentração de lucro e de terras, foi amparado pela parcela desproporcional de poder político que elas possuíam, firmando raízes institucionais. Logo, a hipótese institucionalista de Engerman e Sokoloff é que a desigualdade econômica, inerente ao sistema escravista agrícola-colonial,



impulsionou, a longo prazo, o desenvolvimento de instituições “que protegiam os privilégios das elites e restringiam as oportunidades para que a grande massa da população participasse plenamente da economia comercial, mesmo após a abolição da escravidão” (1994, p. 221).

Na região Nordeste do Brasil, onde o empreendimento açucareiro se iniciou e permaneceu por mais tempo como consequência do primeiro fator, a persistência da desigualdade parece ter sido significativamente mais importante que em outras regiões do país. Em um artigo publicado por William Easterly (2002), conhecido especialista em desenvolvimento, o Nordeste brasileiro é utilizado como um exemplo da tese de que desigualdade traz efeitos que reprimem o desenvolvimento, associando o baixo capital humano e a alta desigualdade da economia açucareira com os reduzidos índices de escolarização e alfabetização da região no século XX. Tal conclusão, embora mais generalista, não se afasta daquela encontrada por Furtado, onde o lento atrofiamento do sistema econômico nordestino é entendido como uma consequência do seu modelo concentrador e perpetuador da desigualdade, como será levantado mais adiante.

Em um encontro com Furtado no ano de 1961, o já mencionado Douglass North também propôs contribuições interessantes para a análise de como o início da colonização afetou, em particular, a região Nordeste. Embora essa discussão se relacione mais com o plano diretor proposto pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) naquele ano, liderada por Furtado, é evidente que sua visão é carregada do que ele interpreta como os principais problemas do desenvolvimento histórico da região. North apresenta uma oposição à defesa da industrialização que Furtado propunha e avalia que as razões do baixo desenvolvimento industrial nordestino estariam associadas às condições históricas como “o tamanho do mercado regional, a baixa qualidade da mão de obra e a falta dos recursos naturais básicos para o desenvolvimento da atividade industrial” (North, 1961, p.2).

Ao referir-se ao tamanho do mercado, North é, em outros momentos da sua passagem no Brasil, enfático na defesa de que a superpopulação era o principal entrave para o desenvolvimento do Nordeste no século XX. Tal conclusão não se distancia de Furtado, que em *Formação Econômica do Brasil* já registrava como a economia de subsistência permitiu, durante o atrofiamento da economia açucareira desde a segunda metade do século XVII, um crescimento populacional nordestino concomitante à estagnação da região, mas suas posições na SUDENE priorizavam a viabilidade da industrialização ante o estímulo de uma migração capaz de corrigir esse quadro histórico. Para além dessa divergência, North também era mais cético em relação ao papel de uma reforma agrária, defendida por Furtado como um mecanismo para corrigir a desigualdade distributiva onde, pela intervenção da superintendência, ocorreriam alterações técnicas na produção de cana para favorecer unidades produtivas familiares de menor escala. A visão do americano parece partir de uma institucionalização mais dura, onde a estrutura fundiária já é pré-condicionada pela possibilidade de cultivar determinados produtos ou não, produzindo uma inflexão interessante que, dentro do debate dos fatores iniciais, merece ser discutida.



Nesse contexto, a distribuição de terras será trabalhada como a segunda dotação de um fator crucial no início da colonização brasileira, realizada pela priorização de grandes latifúndios e concentrada entre nobres leais ao rei português, os quais recebiam privilégios específicos da Metrópole para estimular a obtenção de escravos e a implementação de engenhos de açúcar. Essa estrutura contrasta diretamente com aquela aplicada no hemisfério norte do continente, seja na Nova Inglaterra ou, inicialmente, nas Antilhas francesas e inglesas. Nesses locais, predominou o sistema de pequena propriedade e a servidão temporária, baseada no acúmulo de patrimônio do imigrante na forma de terras concedidas após um tempo delimitado de trabalho ou de pequenas indenizações. Segundo Furtado, esse modelo, no contexto brasileiro, “não apresentava atrativo ou viabilidade, pois, sem grandes concentrações de capital, as terras praticamente não tinham valia econômica” (1959, p. 18).

Ora, o que a análise de Furtado propõe se não uma atribuição, mesmo que implícita, aos fatores iniciais da colonização como propulsores da desigualdade? Com uma população mais disposta a migrar, uma Metrópole que não impunha severas limitações na distribuição de propriedades e a ausência de condições climáticas para comercializar um artigo de mercado que interessasse a Europa, as colônias da América do Norte foram dotadas de fatores iniciais que lhes propiciaram uma estrutura mais igualitária e homogênea que a brasileira. Ademais, esse argumento pode ser incrementado por aquele desenvolvido por Engerman e Sokoloff, e que se assemelha à proposição original de North, afirmando que a natureza dos produtos foi determinante para moldar a escala de produção e que a oposição entre cana-de-açúcar e trigo ou milho, esses cultivados em fazendas familiares, afetou o tipo de mão de obra, a composição racial das populações e a distribuição de riqueza nas colônias.

As noções discutidas contribuem para a ideia de que tanto a natureza dos produtos, como a institucionalização da posse de terras, moldava o tamanho das plantações e o desenvolvimento do sistema econômico. No entanto, percebe-se também que ambas as linhas argumentativas são capazes não apenas de combinar os dois grandes fatores iniciais trabalhados aqui, mas também de estabelecer uma correlação entre eles e a distribuição de poder político nas colônias. Se as condições iniciais propiciam maior desigualdade, serão formados grupos de interesse menos igualitários e com interesses mais predatórios, eles irão desenhar políticas e moldar instituições que impulsionem a desigualdade original em uma escala mais ampla e, assim, questões como a de distribuição de terras passam a estar intrinsecamente conectadas à desigualdade de poder político.

O baixo capital humano, a desigualdade de poder político e a problemática distribuição de riqueza não se dissociam do sistema escravocrata, prolongado por mais de três séculos no Brasil, esse entendido por Furtado como um sistema de poder regional antes de um sistema econômico, no sentido de que os hábitos e práticas que institucionalizaram a escravidão foram mais importantes para a sua continuidade do que os seus possíveis ganhos para a economia. O próprio economista brasileiro atesta que, mesmo em comparação às regiões escravocratas do sul dos Estados Unidos, a mortalidade dos escravos brasileiros era significativamente mais alta, provavelmente em razão de condições de vida mais extenuantes. Ademais, outro argumento,



dessa vez utilizado por Engerman e Sokoloff, é que mesmo as plantações de tabaco, arroz e algodão do sul dos Estados Unidos, baseadas na mão de obra escrava em grandes latifúndios, tinham um tamanho modesto, entre os séculos XVI e XVIII, em comparação ao empreendimento açucareiro estabelecido na costa brasileira no mesmo período. Dentro dos estados americanos, estudos como o de Nathan Nunn (2007) encontram uma correlação negativa entre o uso de escravos no passado e a renda atual, embora avalie divergências em relação ao impacto do tamanho das plantações nas quais os escravos trabalhavam como um amplificador da desigualdade.

Em geral, a persistência dos fatores iniciais pode parecer um argumento bastante abstrato em razão da distância temporal entre o início da colonização e a desigualdade apresentada nas ex colônias na atualidade, mas, seja nas teses institucionalistas ou na análise de Furtado, é mantido um mesmo cerne referente às limitações evolutivas impostas pelos fatores que introduziram a economia do açúcar no Brasil. Mediante variáveis instrumentais, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), demonstram o estabelecimento de piores instituições em relação às condições do ambiente tropical, tipicamente mais agressivo ao colonizador europeu, e propõem que, ao “começarem” com uma desigualdade extrema, as elites das colônias agrícolas puderam formar instituições que lhes favoreceram, no âmbito legal, sobre o resto da população e assim contribuíram para a persistência de disparidades jurídico-políticas ao longo do tempo. Interessa, em menor grau, a ideia de que essas instituições são classificadas como extrativistas por pertencerem a Estados extrativistas, os quais afastaram-se, nas colônias que estabeleceram, das garantias de propriedade privada da Europa, mantidas nos Estados não-extrativistas. Por outro lado, no capítulo IX de *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado foca nas condições específicas da produção de açúcar, enquanto o sistema que introduziu a ocupação extensiva do território nacional, e conclui que, em razão da situação monoprodutora limitar o investimento em outras áreas, da sua estrutura econômica ser facilmente preservada em momentos de crise via mapeamento da demanda e da renda total ficar concentrada em cerca de 90% nas mãos dos proprietários de terras, as condições de formação desse sistema se traduziam na sua persistência (limitação da evolução estrutural).

É possível perceber como o tema da dotação de fatores iniciais permite amplas reflexões sobre como as desigualdades foram impulsionados desde o Brasil colônia, seja com as descrições específicas de Celso Furtado ou as sugestões gerais sobre as diferenças nos processos de colonização trazidas pelos institucionalistas. Um dos autores capazes de fortalecer essa ponte é, sem dúvida, Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*, mencionado no estudo de Monastério e Earl como o primeiro livro a reproduzir no Brasil a tipologia das colônias desenvolvidas nos séculos XIX e XX. Sua interpretação dual entre uma colônia de povoamento e uma colônia de exploração enfatiza a importância dos fatores e objetivos iniciais dos colonizadores como determinantes do desenvolvimento, possivelmente com mais sucesso na abordagem do fator populacional enquanto uma variável importante, já que foi pioneiro na tese de que Portugal não poderia povoar a colônia em razão da ausência de excedente populacional, ao contrário da conturbada situação política inglesa, que estimulou a migração de determinados grupos.



5. Demais reminiscências das instituições coloniais

As desigualdades na formação e desenvolvimento de capital humano entre as colônias foram previamente mencionadas como vetores importantes nas disparidades contínuas apresentadas entre esses territórios. Nesse sentido, o estabelecimento de escolas primárias, instituições fundamentais para fomentar a alfabetização da população e instruir ela a nível básico, pode ser entendido como um fator crucial para superar, ainda que parcialmente, a persistência da desigualdade originária da dotação de fatores iniciais nos processos coloniais. A capacidade de investir massivamente em uma educação primária capaz de afetar a maior parte da população ficou, no entanto, reduzida aos Estados Unidos e ao Canadá durante o século XIX, novamente apresentados enquanto exceções no continente.

Em suporte à formulação de Caio Prado Jr. sobre a colonização norte-americana, a qual propõe que a sociedade formada na Nova Inglaterra tinha características mais homogêneas e reproduziu a maior parte das características originais europeias, o desenvolvimento da educação primária nas colônias do norte parece ter sido uma prioridade desde o início do povoamento. Segundo Engerman e Sokoloff (2000), as escolas nessa região foram organizadas e financiadas a nível local rapidamente, aludindo à “institucionalização organizada e eficiente” (CREMONESE, 2014, p. 182) registrada na participação cívica dos pequenos vilarejos da Nova Inglaterra, admirados por Tocqueville no célebre *Da democracia na América*. Ao contrário dos Estados Unidos e do Canadá, as outras colônias do continente não se organizaram em termos de investimentos a partir dos recursos locais, mas iniciaram investimentos massivos a partir dos governos nacionais, movimento que aconteceu pelo menos 75 anos depois das colônias do norte.

Consequentemente, a população americana e canadense possuía um grau de alfabetização, já na metade do século XIX, que mesmo os vizinhos que mais rapidamente investiram na educação primária no hemisfério sul, como a Argentina e o Uruguai, só alcançariam no século XX. No caso brasileiro, o censo demográfico de 1872 revela que apenas 15,8% dos brasileiros acima de 7 anos de idade eram alfabetizados, percentual que corresponde a cerca de 80% e 82%, respectivamente, para os Estados Unidos e o Canadá em um período similar, com a nuance de que apenas crianças acima de 10 anos eram avaliadas pelos censos americanos do período. Esse quadro, apurado com precisão por Engerman e Sokoloff, revela que esses países apresentaram diferenças significativas no estímulo ao capital humano antes e depois das suas independências, reforçando a sugestão institucionalista de que as sociedades formadas no chamado Novo Mundo tiveram, por serem formadas sob graus de homogeneidade e intenções distintas, graus de desigualdade diferentes entre si, os quais se traduzem no fato de que, nas sociedades mais desiguais, as instituições foram mais frequentemente moldadas para beneficiar uma pequena elite que em sociedades menos díspares.

Um dos testes econométricos internos mais bem-sucedidos dessa sugestão foi recentemente realizado pelos pesquisadores brasileiros Rudi Rocha, Claudio Ferraz e Rodrigo R. Soares



(2017), eles documentaram os efeitos duráveis dos assentamentos de imigrantes localizados no estado de São Paulo, patrocinados pelo governo e estabelecidos nos séculos XIX e XX. Ocupados por imigrantes com habilidades relativamente bem-desenvolvidas, percebeu-se que, ao longo do tempo, a seleção de imigrantes que essas comunidades aceitaram manteve um padrão similar, estando fortemente associado a uma maior renda per capita, e que um nível de desigualdade importante surgiu entre os municípios originalmente patrocinados pelo governo, os quais experimentaram mudanças estruturais mais rápidas e um desenvolvimento mais significativos no âmbito escolar em relação aos municípios que não passaram pelo mesmo processo em São Paulo. As conclusões encontradas por esses pesquisadores são consistentes com as propostas gerais mencionadas aqui, seja por Engerman e Sokoloff ou pelo trio recentemente laureado na Suécia.

As conclusões encontradas nesse caso são realçadas pelo fato de que a única diferença marcante entre as áreas do estado de São Paulo analisadas é o fato de que algumas receberam imigrantes a partir do patrocínio do Estado. As áreas que os receberam, em especial, tiveram índices mais elevados a nível de matrícula nas instituições de ensino e no número de professores presentes nas escolas ao longo do século XX, como também registraram mudanças em uma empregabilidade cada vez menos voltada para a agricultura e, não menos importante, uma renda per capita, em conjunto, 15% superior ao resto do estado. Atributos produtivos que não podem ser observados pela vertente econométrica, mas que são citados na historiografia econômica brasileira, são mencionados no trabalho dos brasileiros como fatores que não puderam ser analisados no caso específicos dos assentamentos paulistas, como as habilidades de trabalho prévias dos imigrantes ou alguns de seus hábitos culturais. Por isso, mais uma vez, o presente artigo relembra a importância de ter a diversidade de perspectivas em mente ao analisar como a desigualdade foi impulsionada no Brasil ao longo do tempo.

Em conformidade com a supracitada concepção de que não podemos explicar as diferenças no desenvolvimento entre as colônias somente pelos acontecimentos dos séculos XIX e XX, compartilhada no estudo aprofundado de Furtado, urge trazer marcadores de desigualdade anteriores a esse período. Em trabalhos pioneiros, como o de Felipe Caicedo e Humberto Laudaes (2023), utilizou-se um desenho de regressão descontínua para avaliar o impacto da escravidão no Brasil no âmbito da desigualdade à longo prazo. Nesse caso, a demarcação original do Tratado de Tordesilhas e seu impacto para os municípios que se desenvolveram próximos aos dois lados da demarcação da linha foi utilizada enquanto uma descontinuidade para sustentar que, mesmo séculos após a assinatura do tratado, o número de escravos do lado português era significativamente superior ao antigo lado espanhol durante a realização do Censo Brasileiro de 1872. Segundo esses autores, a descontinuidade no número de escravos produziu desigualdades entre os municípios a nível de renda, educação, emprego e preconceito sofrido pela população negra, sendo esses fatores detectados pelo Índice de Gini em conjunto com os dados da renda domiciliar per capita mensal segundo o Censo Brasileiro de 2010.

É particularmente chamativo, nesse estudo, o fato de que a desigualdade de renda entre aqueles que se auto identificam como brancos e aqueles que se auto identificam como pretos ou pardos



é maior nos municípios ao leste da linha, no lado português, que ao oeste da linha, embora eles estejam sujeitos à políticas públicas e circunstâncias semelhantes há séculos. Embora a importância dada ao longo prazo seja generalizada, vale registrar que, seja na análise de Furtado em *Formação Econômica do Brasil* ou em clássicos da historiografia brasileira, a demarcação original do Tratado de Tordesilhas em 1494 raramente é vista como um fator determinante na ampliação da desigualdade no país sob essa escala, especialmente em razão das alterações que levaram à exploração dessa parcela do território por colonos pobres associados à economia criatória. Portanto, o mérito do estudo conduzido por Caicedo e Laudares está em revelar como até mesmo a institucionalização de um tratado de demarcação prévio à interiorização do país pôde contribuir, por mais de meio século, para o desenvolvimento de padrões de desigualdade no Brasil, evidenciando a abrangências das reminiscências das instituições coloniais.

6. Conclusão

A partir dos quinze capítulos iniciais da obra *Formação Econômica do Brasil* e de pontos específicos na literatura de história econômica trazidos por economistas pertencentes à chamada Nova Economia Institucional (NEI), esse artigo buscou unir diferentes interpretações sobre como a desigualdade foi impulsionada desde a colonização brasileira. Embora possamos encontrar respostas para esse questionamento de múltiplas formas, as linhas de pensamento abordadas no presente trabalho são capazes de respondê-la satisfatoriamente e fornecer uma ponte importante, embora modesta, entre os tradicionais diagnósticos da historiografia econômica clássica do Brasil e os contemporâneos institucionalistas, muitos deles adeptos de metodologias quantitativas indisponíveis aos clássicos. Por conseguinte, espera-se que, a partir da leitura do artigo, seja possível reforçar a compreensão de que a colonização do Brasil impôs níveis de desigualdade que formularam padrões que continuam a afetar a nossa sociedade.

Pode-se extrair desse trabalho a ideia de que as instituições impostas e desenvolvidas ao longo do tempo modularam a dotação de fatores iniciais da colônia brasileira de forma crucial, sendo essa uma tese fruto da tradicional ideia de que o tipo de colonização determina ou condiciona o caminho de crescimento de uma sociedade. Um dos objetivos cumpridos por esse trabalho também foi apontar que as conhecidas teses sobre a tipologia das colonizações não surgiram nem na vertente econométrica recente e nem nos escritos brasileiros das décadas de 1940 e 1950, mas foram desenvolvidas, muitas vezes de forma independente, sob diferentes perspectivas, ora com ênfase na desigualdade, ora com ênfase nas instituições. Faz-se necessário, portanto, valorizar como as diferentes vertentes do pensamento econômico foram capazes de delinear quadros, por vezes convergentes e por vezes dissemelhantes, capazes de explicar o desenvolvimento das colônias e contribuir, em particular, para a compreensão do complexo caso brasileiro.

Sob essa ótica, é possível que muitos se surpreendam com a noção de que a literatura norte-americana é capaz de oferecer contribuições tão importantes para a análise do Brasil colônia, embora a amplitude desse movimento seja certamente mais extensa do que a apresentada aqui.



Nessa análise crítica, está implícito, por exemplo, o quão conclusiva essa literatura foi na oposição à ideia de que a identidade do colonizador é um fator determinante no avanço de uma ex-colônia, o que é evidenciado pela exclusão desse fato, entendido também como um argumento essencialmente antieconômico, nos grandes trabalhos da área nos últimos 40 anos. Easterly (2002), na sua tentativa de medir o quanto a desigualdade determina o desenvolvimento de um país por meio de diversas variáveis, atestou que a língua falada, isto é, a língua aprendida a partir do colonizador, é uma variável particularmente ruim para entender essa relação, com as instituições e a escolarização obtendo resultados muito mais significativos. Tal oposição pode gerar algo de interesse se interpretada também enquanto uma oposição ao pensamento de que a colonização portuguesa produziu uma hibridez positiva no Brasil em razão da identidade do colonizador propiciar vínculos particulares entre escravos e nativos, defendida pela linha inaugurada por Freyre (1933), mas felizmente desmontada pelos próprios sociólogos e economistas brasileiros.

Não há resposta grande o suficiente para abarcar de que modo a desigualdade foi impulsionada pelo Brasil desde a colonização, mas espera-se que esse artigo tenha sido capaz de orientar, a partir da redução proposta, caminhos diversos para compreender a questão. Espera-se também que, a partir da demonstrada flexibilidade da tese das tipologias de colonização e a possibilidade de conectar as linhas de pensamento desenvolvidas pela historiografia econômica brasileira e a vertente econométrica norte-americana, o reconhecimento da importância de analisar as instituições como propulsoras do desenvolvimento possa ultrapassar os meritórios trabalhos de Acemoglu, Johnson e Robinson. Em síntese, o artigo convida o estudante brasileiro a aprofundar-se no tema do impacto da colonização não como uma condenação do desenvolvimento do país, mas como uma maneira de interpretar o Brasil atual para além dos indispensáveis estudos de Celso Furtado e, assim, analisar caminhos para um país mais inclusivo no futuro.



7. Referências

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. Working paper, Massachusetts Institute of Technology and University of California, Berkeley. 2000.

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution. The Quarterly Journal of Economics, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, Jan. 2002

BARBOSA, Marcos Arzua; CARVALHO, Fabrício Castro de. Uma Nova Perspectiva TeóricoAnalítica Para As Mudanças Estruturais: A Nova Economia Institucional (NEI). Revista CADE, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cade/article/view/4910>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BOIANOVSKY, Mauro; MONASTÉRIO, Leonardo. O Encontro Entre Douglass North e Celso Furtado em 1961: Visões Alternativas Sobre a Economia Nordestina. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 72, p. 275-291, 2018.

CREMONESE, Dejalma. Alexis De Tocqueville e os fundamentos cívicos da Democracia na América. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 23, n. 1, 2014. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.71287](https://doi.org/10.22456/2176-5456.71287). Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/383>. Acesso em: 14 jun. 2025.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Grupo Editorial Global, [1933] 2003.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1959] 2005.

EASTERLY, William. Inequality *does* Cause Underdevelopment: New evidence from commodity endowments, middle class share, and other determinants of per capita income. Working paper, Center for Global Development, Institute for International Economics, Washington DC, jan. 2002.

ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth Among New World Economies: A View from Economic Historians of the United States. Historical Paper n. 66, National Bureau Of Economic Research, Cambridge, Massachusetts, dez. 1994.

ENGERMAN, Stanley L; SOKOLOFF, Kenneth L. Institutions, Factor Endowments, and Paths of Development in the New World. Journal of Economic Perspectives, American Economic Association, v. 14, n. 3, p. 217-232, jul. 2000.



ESLAVA, Francisco; CAICEDO, Felipe Valencia. Origins of Latin American Inequality. InterAmerican Development Bank Working Paper Series No IDB-WP-01492, jul. 2023.

LAUDARES, Humberto; CAICEDO, Felipe Valencia. Tordesillas, Slavery and the Origins of Brazilian Inequality. CEPR Working Paper 18245, jun. 2023.

MONASTÉRIO, Leonardo; EHRL, Phillip. Colônias de Povoamento versus Colônias de Exploração: de Heeren a Acemoglu, *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 37, n. 72, p. 213-239, mar. 2019. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.71287](https://doi.org/10.22456/2176-5456.71287).

NETO, Giacomo Balbinotto. As Contribuições de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson e o Prêmio Nobel de Economia 2024. *Análise: Conjuntura Nacional e Internacional*. FCE/UFRGS. Porto Alegre. 29 out. 2024.

NORTH, D. C. Analysis of the new Sudene Five Year Plan for the Development of the Northeast [Douglass Cecil North papers, Box 47]. David M. Rubenstein Rare Book & Manuscript Library, Duke University, North Carolina. 1961.

NUNN, Nathan. Slavery, Inequality, and Economic Development in the Americas: An Examination of the Engerman-Sokoloff Hypothesis. Department of Economics, Harvard University, out. 2007.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [1942] 1961.

ROCHA, Rudi; FERRAZ, Claudio; SOARES, Rodrigo R. Human Capital Persistence and Development. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 9, n. 4, p. 36–105, out. 2017. DOI: [dx.doi.org/10.1257/app.20150532](https://doi.org/10.1257/app.20150532)